

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.432.730 - PR (2019/0014069-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**  
**AGRAVANTE** : **JOSELAINE CLAUDIO**  
**ADVOGADOS** : **KARL GUSTAV KOHLMANN - PR036130**  
                  **WILSON EDGAR KRAUSE FILHO - PR042135**  
                  **KARIN KASSMAYER - PR036352**  
**AGRAVADO** : **COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ SANEPAR**  
**ADVOGADOS** : **ELIZABET NASCIMENTO - PR012845**  
                  **JULIANA FAGUNDES KRINSKI - PR055051**  
                  **KATIA CRISTINA GRACIANO JASTALE E OUTRO(S) - PR021785**  
                  **LUCIANO SILVA DE LIMA - PR063354**

**DECISÃO**

1. Cuida-se de agravo interposto por JOSELAINE CLAUDIO contra decisão que não admitiu o seu recurso especial, por sua vez manejado em face de acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO (ETE) DA SANEPAR – ALEGAÇÃO DE MAU CHEIRO – REITERAÇÃO EM SEDE RECURSAL PARA CONHECIMENTO DE AGRAVO RETIDO PUGNANDO PELA PRODUÇÃO DE PROVA PERICIAL – RECURSO INEXISTENTE – AGRAVO RETIDO E APELO INTERPOSTOS PELA MESMA PARTE, EM FACE DA MESMA DECISÃO – VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA UNIRRECORRIBILIDADE RECURSAL – NÃO CONHECIMENTO – APELAÇÃO – JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE – PRODUÇÃO DE PROVAS ESSENCIAL PARA O DESLINDE DA CONTROVÉRSIA – EVIDENTE CERCEAMENTO DE DEFESA – NULIDADE DA SENTENÇA, DE OFÍCIO, PARA PRODUÇÃO DAS PROVAS REQUERIDAS PELAS PARTES. AGRAVO RETIDO NÃO CONHECIDO.  
RECURSO DE APELAÇÃO PREJUDICADO.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados.

Nas razões do recurso especial (fls. 556/570), aponta a parte recorrente ofensa ao disposto nos arts. 1.022, 85, 373 e 384, do CPC de 2015; 6º do CDC e 14, §§ 1º e 3º, inciso IV, da Lei n. 6.938/1981.

Sustenta, em síntese, que o acórdão recorrido foi omissivo ao não se pronunciar sobre os arts. 6º do Código de Defesa do Consumidor; 85, 373 e 384, do Código de Processo Civil de 2015; 14, §§ 1º e 3º, inciso IV, da Lei n. 6.938/1981.

Pondera que incumbe ao juiz, quando proferir uma decisão de mérito, realizar a indicação dos fundamentos pelos quais justifica seu convencimento formado através da análise das provas produzidas no processo. Aduz que deve ser concedida a inversão dinâmica do ônus da prova.

Alega que honorários recursais são devidos no caso.

Defende que a responsabilidade do poluidor é objetiva e independe de culpa. Diz que foi desconsiderado "documento probatório capaz de conduzir à procedência do pedido, devidamente lavrada por tabelião, ata notarial".

É o relatório. DECIDO.

2. De início, observa-se que não se viabiliza o recurso especial pela indicada violação do art. 1.022 do CPC/2015. Isso porque, embora rejeitados os embargos de declaração, todas as matérias foram devidamente enfrentada pelo Tribunal de origem, que emitiu pronunciamento de forma fundamentada, ainda que em sentido contrário à pretensão da parte recorrente.

3. Em relação à alegada violação aos artigos 373 e 384, do CPC de 2015; 6º do CDC e 14, §§ 1º e 3º, inciso IV, da Lei n. 6.938/1981, o Tribunal de origem, ao apreciar os embargos de declaração, assim consignou:

Inicialmente, quanto a alegada omissão pela ausência de análise do pedido de inversão do ônus da prova, entendo que tal exame deverá ser feito pelo magistrado a quo quando realizar o saneamento do processo, analisando as eventuais preliminares, prejudiciais de mérito e ainda demais provas requeridas.

Assim, não há que se evidenciar a alegada omissão, já que as alegações do embargante deverão ser apreciadas pelo nobre magistrado de primeiro grau.

Nota-se que o acórdão recorrido está assentado em mais de um fundamento suficiente para mantê-lo e a recorrente não cuidou de impugnar todos eles, como seria de rigor.

Assim, a subsistência de fundamento inatacado, apto a manter a conclusão do aresto impugnado, impõe o não-conhecimento da pretensão recursal, a teor do entendimento disposto na Súmula n. 283/STF: "É inadmissível o recurso extraordinário quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles."

4. Por fim, quanto à alegada violação do artigo 85 do Código de Processo Civil de 2015, melhor sorte não socorre a recorrente, eis que a sentença proferida pelo juízo de piso foi anulada pelo Tribunal de origem ante o reconhecimento de cerceamento de defesa. Dessa forma, não existindo sucumbência no atual momento do processo, não se há falar em cabimento de honorários recursais.

5. Ante o exposto, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO**

Edição nº 2612 - Brasília, Disponibilização: Sexta-feira, 15 de Fevereiro de 2019 Publicação: Segunda-feira, 18 de Fevereiro de 2019

Brasília (DF), 13 de fevereiro de 2019.

Ministro Luis Felipe Salomão

Relator

